

**TRABALHADORAS E CONSUMIDORAS:
transformações do emprego doméstico na sociedade brasileira**

**WORKERS AND CONSUMERS:
*changes of women domestic workers in Brazilian society***

Renata Guedes Mourão Macedo¹

Resumo

O artigo esboça um panorama do emprego doméstico na sociedade brasileira, reconstituindo dois movimentos, “de criadas a trabalhadoras” e de “trabalhadoras pobres a consumidoras da ‘classe C’”. Ao analisar debates recentes sobre a profissão (entre 2010 e 2012), indica a coexistência na mídia de dois discursos contraditórios e sobrepostos no período: de um lado, discursos que enfatizavam criticamente os estigmas associados à profissão, majoritariamente feminina, negra e pobre. De outro, discursos que destacaram a crescente escassez dessas profissionais no Brasil, as quais estariam cada vez mais escolarizadas, “empoderadas” e com maior “poder de consumo”. Por meio de pesquisa de campo realizada no mesmo período, entre empregadas domésticas que trabalham na cidade de São Paulo/SP, o artigo discute como tais ambiguidades estavam presentes também nos discursos das próprias trabalhadoras, pontuando novos desafios para a compreensão da experiência social recente dessas mulheres.

Palavras-chave: Emprego Doméstico. Consumo. Gênero. “Classe C”.

Abstract

The article presents an overview of domestic employment in Brazilian society, reconstructing two movements, “from servants to workers” and “from working poor to ‘class C’ consumers”. By analyzing current debates about the profession, indicates in media the coexistence of two contradictory discourses: on one hand, discourses that emphasize critically the stigmas associated with the profession, mostly female, black and poor. On the other hand, discourses that highlight the growing shortage of these professionals in Brazil, which were becoming more educated, “empowered” and with more “purchasing power”. Through field research conducted between maids who work in São Paulo city (SP) between 2010 and 2012, this paper discusses how such ambiguities are also present in the speeches of the workers themselves, pointing new challenges to the understanding of the recent social experience of these women.

Keywords: Domestic Work. Consumption. Gender. “Class C”.

¹ Doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil. E-mail: renatagmourao@hotmail.com

Introdução

“Nova doméstica tem carro zero e faz faculdade”

(Portal de notícias G1 - Globo, 19/09/2010)

“Negras e com baixa escolaridade são maioria das trabalhadoras domésticas”

(Portal de notícias Carta Capital, 27/04/2011)

Publicadas em diferentes portais de notícias com um intervalo de poucos meses, as manchetes acima apontam para a diversidade de discursos possíveis sobre o emprego doméstico nos últimos anos, no Brasil. Essas reportagens, entre centenas de outras publicadas entre 2010 e 2012, provavelmente confundem os leitores. Afinal, no período analisado o emprego doméstico é uma profissão desvalorizada, formada por mulheres pobres, de baixa escolaridade, de maioria negra? Ou o emprego doméstico é uma profissão escassa, constituída por mulheres cada vez mais escolarizadas e bem remuneradas? Se essas contradições se tornaram nítidas nos discursos veiculados pela imprensa, também nas falas de empregadas e empregadores, nas representações imagéticas veiculadas por telenovelas² e no imaginário associado a esse grupo profissional os dois polos se misturam, indicando os desafios envolvidos na compreensão da situação recente das empregadas domésticas brasileiras. Nessa direção, questões relativas às trajetórias profissionais, à perspectiva de ascensão social e ao consumo de bens relacionam-se, sobretudo, quando as contextualizamos no cenário brasileiro contemporâneo, marcado por uma maior mobilidade social e maior poder de consumo das classes populares desde meados dos anos 2000.

O objetivo deste artigo é esboçar um panorama do emprego doméstico na sociedade brasileira, reconstituindo dois movimentos, “de criadas a trabalhadoras” e de “trabalhadoras pobres a consumidoras da ‘classe C’”. Ao analisar debates recentes sobre a profissão, indica a coexistência na mídia de dois discursos contraditórios e sobrepostos no período analisado (entre 2010 e 2012): de um lado, aqueles que enfatizaram criticamente os estigmas associados à profissão, majoritariamente feminina, negra e pobre. De outro, discursos que destacaram a crescente escassez dessas profissionais no Brasil, as quais estariam cada vez mais escolarizadas, “empoderadas” e com maior “poder de consumo”. Por meio da realização de

² Refiro-me, especialmente, à telenovela *Cheias de Charme* (Globo, 2012, 19h30min) que, em diálogo com o contexto socioeconômico do período, alçou tais trabalhadoras à posição de protagonistas, apesar dos estereótipos envolvidos na construção das personagens (MACEDO, 2013).

entrevistas e de pesquisa etnográfica com empregadas domésticas que trabalhavam na cidade de São Paulo (SP) no período, discute-se como tais ambiguidades se faziam presentes também nos discursos das próprias trabalhadoras³.

“De criadas a trabalhadoras”⁴: breve olhar sobre a história do emprego doméstico no Brasil

Desde o início da colonização portuguesa, o emprego doméstico esteve presente no Brasil. Conforme análise de Gilberto Freyre, a interação dos escravos domésticos com as famílias patriarcais teve papel destacado na vida colonial. Para além da intimidade por vezes estabelecida no interior da Casa Grande, violência e sadismo constituíam-se como aspectos indissociáveis das relações que envolviam brancos e negros (FREYRE, 2015).

No final do século XIX, após a abolição da escravidão, o trabalho doméstico tornou-se a maior fonte de trabalho feminino no Brasil. Naquele momento, ainda era compreendido como uma “ajuda” em troca de casa e comida para as trabalhadoras pobres, brancas e não brancas (MELO, 1998, p.1). Com os processos de industrialização e de urbanização, associados à expansão da classe média, a atividade foi gradualmente transformando-se em trabalho remunerado. Entretanto, ao longo da primeira metade do século XX, essa ideia de “ajuda” ainda se mantinha em muitas famílias (MELO, 1998).

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, a profissão era fortemente estigmatizada e desvalorizada. Em 1970, embora as empregadas domésticas representassem mais de um quarto da força de trabalho feminina (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000), para muitas famílias das classes média e alta essas trabalhadoras ainda eram vistas como “criadas” que tinham que servir, mesmo que para isso tivessem que abrir mão de suas vidas particulares. A profissão era marcada por salários baixíssimos, jornadas de trabalhos muito extensas e o maior índice de informalidade do mercado de trabalho

³ Entre 2010 e 2012 foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas com empregadas domésticas mensalistas e diaristas que trabalhavam na cidade de São Paulo. Com 10 trabalhadoras pude aprofundar a pesquisa, realizando uma pesquisa de cunho etnográfico, indo periodicamente em suas residências e nas casas de seus patrões. Com essas interlocutoras também realizei uma etnografia de recepção sobre a telenovela *Cheias de Charme* (Macedo2013). A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da Universidade de São Paulo e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

⁴ Reproduzo o subtítulo do trabalho de Hildete Pereira de Melo, intitulado *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras* (1998).

feminino. Ilustrando esse período entre 1960 e 1970, em pesquisa no acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo*, encontrei o seguinte apelo publicado no “Caderno Vida Social”: “Nunca se esqueça de que a doméstica que a serve, por mais humilde e serviçal que o seja, é sua semelhante, com direito a ter vida própria. Não a faça viver exclusivamente para servi-la!” (FOLHA DE S. PAULO, 09/05/1965).

Exemplos como esse expressam o status da profissão na década de 1960, demonstrando o abismo social que poderia existir entre empregadas domésticas e patrões, permitindo situações em que até mesmo a humanidade da trabalhadora podia ser esquecida.

Diante desse cenário, os estudos que surgiram na década de 1970 sobre emprego doméstico incorporavam uma visão bastante crítica, enfatizando sua precariedade. Tomando o trabalho fabril como modelo das relações de trabalho, o serviço doméstico era visto como uma profissão mediada por relações arcaicas, personalistas e clientelistas, que teria suas bases na desigualdade inerente à família patriarcal (BRITES, 2003). Em estudo pioneiro, publicado na década de 1970, Heleieth Saffioti considerava o emprego doméstico um grande “exército de reserva”, o qual tenderia a se integrar ao sistema de trabalho propriamente capitalista com a progressiva modernização do país (SAFFIOTI, 1978). Ao analisar a “extração socioeconômica” e o “estilo de vida” de empregadas domésticas na cidade de Araraquara/SP, Saffioti destacava o perfil bastante homogêneo dessas trabalhadoras, com forte concentração de mulheres pobres, de baixa escolaridade (muitas analfabetas) e migrantes. Além das longas jornadas de trabalho e da solidão (“um dos grandes dramas da ocupação de doméstica” [SAFFIOTI, 1978, p. 75]), a autora destacava como “as mulheres entrevistadas [estavam] intensamente imbuídas da ideologia dominante, especialmente da mística feminina” (SAFFIOTI, 1978, p. 96).

Foi também na década de 1970 que o trabalho doméstico foi reconhecido como profissão. Originalmente excluído da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, foi apenas por meio da Lei 5.859 de 1972 que a atividade passou a ser definida e regulamentada (*INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA*, 2011). Na década seguinte, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, embora pela primeira vez os trabalhadores domésticos garantissem direitos como décimo terceiro, salário mínimo e licença-maternidade, o texto excluía esse grupo profissional dos demais direitos assegurados aos trabalhadores brasileiros, como fundo de garantia, seguro-desemprego e regulamentação da jornada de trabalho.

Com o movimento de ingresso de mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho se intensificado durante a década de 1970, houve um aumento significativo no número de empregadas domésticas no País. Assim, seu contingente teve um aumento de mais de 200% entre as décadas de 1970 e 1990 (BRUSCHINI;

LOMBARDI, 2000). Nesse cenário, constatava-se, a partir de 1990, que a entrada das mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho viabilizava-se, em parte, graças à transferência dos serviços do lar para as empregadas domésticas. Conforme afirmaram Bruschini e Lombardi (2000, p. 101), “ironicamente, é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira”⁵.

Progressivamente, entretanto, houve certa profissionalização do emprego doméstico, diferenciando-se das antigas relações construídas numa dimensão pessoal estreita e paternalista (MELO, 1998). Os números recentes relativos aos rendimentos, jornadas de trabalho e registro em carteira, embora ainda sejam indicativos de uma profissão muito desvalorizada no mercado de trabalho, apontam algumas melhorias (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011). Também no âmbito simbólico, com ênfase para suas representações na mídia, o emprego doméstico reduziu parte de sua imagem negativa, embora essa ainda seja uma de suas marcas, conforme discutirei a seguir.

De trabalhadoras pobres a consumidoras da “classe C”: algumas transformações recentes

Os números relacionados às empregadas domésticas no Brasil nas últimas décadas permaneceram muito expressivos. Em 1995, cerca de 5 milhões de mulheres eram empregadas domésticas, representando 19% da população economicamente ativa (PEA) feminina, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (MELO, 1998). Em 2009, foram contabilizados cerca de 7 milhões de empregados domésticos. Desses, 6,7 milhões eram mulheres, representando 17% da população econômica ativa feminina, e mais de 60% eram negras (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011). Essas estatísticas, recentes, convergem para o imaginário associado à profissão, historicamente feminina e negra (LIMA; REZENDE, 2004).

Tais dados referentes à primeira década dos anos 2000 indicaram um crescimento constante do setor, tendência que se refletiu nas análises realizadas. O trabalho comparativo de Harris (2007) sobre as relações entre empregados e empregadores no Brasil e nos Estados Unidos chamou atenção para o crescimento constante da profissão no Brasil até o período, fenômeno atribuído a uma “falsa

5 Ao refletir sobre a relação entre trabalho doméstico pago e não pago, Ávila (2009) alcança conclusões semelhantes já para o período mais recente, ao constatar que “as empregadas domésticas liberam, em alguma medida, o uso do tempo das mulheres patroas do trabalho doméstico” (ÁVILA, 2009, p. 285).

modernização” que beneficiava os ricos, mantendo as trabalhadoras pobres em profissões subalternas (HARRIS, 2007, p. 36).

No que se refere aos direitos, essa década trouxe alguns avanços para a categoria. Em 2001, a lei n. 10.208 concedeu aos empregados domésticos a possibilidade de recolher o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, assim, usufruir do seguro-desemprego. Porém, como tais direitos eram facultativos, ficando a critério do empregador, raramente eram exercidos, devido aos custos extras para os patrões. Em 2006, com a promulgação da Lei n. 11.324, garantiu-se à categoria o direito a férias de 30 dias, estabilidade em caso de gravidez e fim do desconto no salário por fornecimento de alimentação e vestiário (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011).

Em 2011, pela primeira vez na história nacional, houve uma diminuição no número absoluto de empregados domésticos, havendo uma redução de 1,1 milhão de profissionais, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁶. Indicando a mesma tendência, segundo os dados da PNAD 2011, o número de empregadas domésticas era 6,1 milhões (versus 6,7 milhões em 2009), o que representava 15,6% da PEA feminina (versus 17% em 2009) (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2013). A profissão de empregada doméstica deixava, assim, pela primeira vez, de ser a maior categoria feminina brasileira, transferindo o primeiro lugar para as comerciárias (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2012). Outro dado relevante foi o crescimento de empregadas domésticas diaristas, passando de cerca de 20% das trabalhadoras em 2004 para 30,6% em 2011 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2013)⁷. Também na região metropolitana de São Paulo, entre 2010 e 2011, houve uma diminuição de cerca de 5% no número total de empregadas domésticas e um aumento de 5,7% na média salarial, passando de R\$671 em 2010 para R\$710,00 em 2011. Esse ainda era, contudo, o menor salário do mercado de trabalho (SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2012).

Após anos de lutas feministas e sindicais, em abril de 2013 foi aprovada a “PEC das Domésticas” (Projeto de Emenda Constitucional n. 72/2013) que equiparou os direitos dos empregados domésticos aos demais trabalhadores urbanos e rurais, conforme previsto no artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

6 Dados obtidos em reportagem da revista *Veja* de 19 de outubro de 2011, citando fontes da Organização Internacional do Trabalho - OIT (CARELLI, 2011).

7 Sobre as especificidades do trabalho de diaristas, no que se refere aos aspectos trabalhistas, sociais e afetivos, conferir o trabalho de Monticelli (2013) e Brites (2013).

A PEC estendeu a todos os trabalhadores domésticos o limite de 44 horas semanais e 8 horas diárias, além da obrigatoriedade do pagamento de horas extras, adicional noturno e FGTS. Com a promulgação, a regulamentação de horários passou a valer de imediato, enquanto direitos como pagamento do Fundo de Garantia e assistência para os filhos menores de cinco anos ficaram dependendo de regulamentação posterior (JORNAL DO SENADO, 2013)⁸.

Embora seja difícil analisar o impacto dessas mudanças, já que são muito recentes, elas refletem a conjuntura socioeconômica do País no período e indicam possíveis transformações de sua estrutura social. O cenário de redução da miséria, ativação do mercado interno, diminuição do desemprego, entre outros pontos, resultantes do “lulismo”, revelaram um contexto mais favorável do que nas décadas anteriores, apesar da lentidão do processo de redução das desigualdades (SINGER, 2012). Destacou-se também, nesse processo, o aumento do “poder de consumo” dos setores de base da pirâmide social e a expansão da então chamada “nova classe C”, mudança que incidiu na vida das profissionais pesquisadas.

Fenômeno bastante explorado nos discursos de pesquisadores de mercado, jornalistas e agentes do governo federal, o crescimento da “classe C” se inseriu num contexto de ampliação da mobilidade social iniciado com o advento do Plano Real, em 1994, e intensificado em meados dos anos 2000. Especialmente entre 2003 e 2009, o contingente de famílias com rendimentos entre R\$1.126 e R\$4.854 aumentou aproximadamente 35%. Segundo a classificação estabelecida por alguns analistas, este segmento corresponderia à classe econômica “C” e, em 2010, representava mais de 50% da população brasileira (NERI, 2010).

Apesar do consenso a respeito do incremento da renda e do “poder de consumo” para parte da população nesse período, a análise desse processo envolveu disputas teóricas e políticas sobre tais modos de classificação e sobre a ascensão ou não de uma “nova classe média”. Assim, financiando pela Confederação Nacional da Indústria, no estudo de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza (2009), a população brasileira foi classificada em quatro “classes” – classe média alta (classe A/B), classe média baixa (classe C), classe trabalhadora (classe D) e classe baixa (classe E) –, as quais expressariam essa configuração socioeconômica recente. A partir dessa classificação, orientada pelo potencial de consumo e renda, esses autores reivindicaram analiticamente a existência de uma “nova classe média”. Em oposição ao discurso das instituições do mercado, reivindicando uma concepção sociológica de classe social, Jessé de Souza (2010) defendeu que a classificação por renda era uma maneira de

⁸ Apesar dos avanços na lei, existe ainda uma série de dificuldades para a apropriação desses direitos no mercado de trabalho de serviços domésticos, conforme apontam Girard-Nunes e Silva (2013).

desmobilizar o debate político no País e “eufemizar” a dominação das classes altas (SOUZA, 2010, p. 324). Para Souza, essa população em ascensão constituiria na realidade uma “nova classe trabalhadora” que, apesar de possuir três características fundamentais para seu crescimento – disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo –, contaria ainda com “relativamente pequena incorporação dos capitais im pessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural – o que explica seu não pertencimento a uma classe média verdadeira” (SOUZA, 2010, p. 327). Tomando parte nesse debate, Pochmann (2012) também criticou o rumo conceitual que tais mudanças implicaram, posicionando-se contra o uso da expressão “nova classe média”. Para Pochmann (2012, p. 10), “o grosso [da população brasileira] não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados com classe média”. Assim, defendeu que ainda se associam às características das “classes populares” que, comumente, “por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo” (POCHMANN, 2012, p. 10)⁹.

Paralelamente ao debate travado em torno dessas mudanças, foi inegável o recente interesse do mercado e da mídia nesse nicho econômico. Até a década de 1990, nas pesquisas de mercado e na área do *marketing*, houve um “histórico desinteresse em investigar os segmentos sociais da base da pirâmide” (BARROS, 2007, p. 16). As classes populares, ao não alcançarem um “potencial de consumo” relevante para as expectativas da época, eram vistas como se vivessem na “esfera da sobrevivência”. Para Barros (2007), esse movimento se intensificou progressivamente e, em 2005, já era possível encontrar diversas pesquisas sobre o comportamento de consumo desses segmentos em revistas e em eventos especializados. Nesse novo contexto, embora classificações socioeconômicas como o Critério Brasil (cuja primeira versão é da década de 1970) ainda sejam utilizadas, as chamadas “etnografias” de consumo ganharam espaço, trazendo um novo conhecimento sobre os hábitos de consumo desses segmentos¹⁰. Desse modo, o contingente de

9 Também Celi Scalón e André Salata problematizaram essa noção de “nova classe média” ao contrapor-la à perspectiva sociológica de classes sociais. Baseando-se em classificações sócio-ocupacionais, os autores questionaram a alocação forçada de ocupações manuais (como o emprego doméstico) entre as classes médias. Isso, entretanto, não significa que não houve mudanças nos padrões de renda e consumo. Segundo os autores, ao invés de uma “nova classe média”, poder-se-ia ponderar “sobre uma parcela da classe trabalhadora que, em relação a certas características, quase exclusivamente os rendimentos, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias” (SCALÓN; SALATA, 2012, p. 404).

10 Sobre as definições de “classe” utilizadas pelas análises de mercado na indústria cultural brasileira desde os anos de 1970, ver Almeida (2015). Destaca-se, nesse debate, como as empregadas domésticas mensalistas foram contabilizadas como “item de posse” definidor desses estratos no Critério Brasil e,

empregadas e empregados domésticos, antes restritos ao reduto dos “trabalhadores pobres urbanos”, foi promovido ao status genérico de “consumidores da classe C”, transformando-se em sujeitos de consumo.

Também na mídia, especialmente na imprensa, essas transformações tiveram impacto, resultando em pautas para centenas de reportagens no período. Tomando como referência o jornal *Folha de S. Paulo*, durante o ano de 2011 ao menos onze reportagens noticiaram transformações nos aspectos sociais e jurídicos do emprego doméstico no Brasil. Esse corpo de notícias discutiu temas como a diminuição da oferta de trabalhadoras domésticas, a imigração de trabalhadoras latinas para responder à demanda nacional, o aumento de escolaridade e de idade dessas profissionais e a ampliação de direitos diante das reivindicações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras questões. Já em 2012, na revista de domingo desse jornal (GENESTRETI, 2012), em reportagem de capa, noticiava-se um conflito latente e difuso na sociedade paulistana entre empregadas domésticas e patroas. De um lado, as trabalhadoras denunciavam o tratamento discriminador ainda presente em muitas casas; do outro, patroas reclamavam de trabalhadoras ditas “irresponsáveis” e “descompromissadas”. Assim como em outras reportagens do período, tais conflitos foram atribuídos à “ascensão da classe C” e ao “aumento de escolaridade” de muitas empregadas domésticas. Independente da simplificação dessas argumentações, tais reportagens chamaram atenção para as novas representações da profissão de ambos os lados dessa relação trabalhista.

De modo geral, embora o debate na mídia indique a relevância das transformações então em curso, algumas reportagens também descortinaram o medo da elite em perder seus serviços. Na revista *Veja São Paulo*, por exemplo, a reportagem intitulada “Domésticas passam a apitar as regras do jogo” adotou um tom nitidamente classista ao publicar, nostalgicamente, o subtítulo: “Foi-se o tempo em que elas tinham de disputar vagas de trabalho. Hoje, são as patroas que encaram filas de espera” (NOGUEIRA, 2011). Entre as explicações oferecidas pela publicação, novamente foi atribuído ao processo de maior mobilidade social no Brasil: “A classe C, que antes era empregada, agora quer contratar” (NOGUEIRA, 2011, p. 2), explicavam no texto.

Apesar dessas transformações recentes relativas ao emprego doméstico serem visíveis, inclusive estatisticamente, é necessário lembrar que esse medo da elite brasileira de “ficar sem empregada” é antigo, manifestando-se década após década. Em pesquisa de doutoramento concluída em 1991, num cenário socioeconômico bastante diverso, Suely Kofes (2001) já identificava esse temor, percebendo-o em

jornais desde 1975 (KOFES, 2001, p. 239). Em sua própria pesquisa, após ouvir das patroas pesquisadas diversas frases como “empregada, hoje, é artigo de luxo”, Kofes (2001, p. 169) comentou:

Frases como essa indicam ainda uma “crise” que inquieta as patroas. Haveria menos oferta de mão-de-obra no mercado porque as empregadas preferem trabalhar em fábricas e porque essa força de trabalho estaria adquirindo outro valor: em vez de roupas usadas, seria preciso acrescentar um bom salário; às sobras de comida, a folga semanal, as férias, o período de trabalho definido e, muitas vezes, uma faxineira para o trabalho mais pesado. Entretanto, essa “crise” de que falam as patroas não pode ser entendida apenas em termos de “falta de empregadas”, mas sim que diminui o número de empregadas que aceitam o modelo tradicional de relação, como por exemplo, a disponibilidade total de seu tempo por um salário simbólico.

Ou seja, para além de uma possível falta de empregadas – que, na verdade, não existia, já que o número de domésticas aumentou no período –, a “crise” decorria de desajustes entre as expectativas das mulheres que ofereciam e contratavam esses serviços. Assim, ao invés de uma “falta de mão de obra” real, tratava-se da ausência da empregada subserviente idealizada pelos extratos sociais dominantes (KOFES, 2001). Nessa direção, as explicações de Kofes para a “crise da empregada doméstica” no início dos anos 1990 também são úteis para refletirmos sobre a “crise” noticiada entre 2010 e 2012, conforme alguns meios de comunicação analisados. Afinal, o emprego doméstico ainda é uma das mais importantes alternativas de trabalho para as mulheres de classes populares brasileiras (VELHO, 2012).

Dilemas em campo: discursos e práticas do trabalho como empregada doméstica

Assim como podemos detectar dois polos nos discursos veiculados recentemente pela imprensa sobre o emprego doméstico, também nas falas das trabalhadoras por mim pesquisadas questões relacionadas à identidade profissional se sobrepujam, muitas vezes, de maneira contraditória¹¹. Durante toda a pesquisa de campo, deparei-me com uma visão ambígua da profissão. Embora algumas mulheres enfatizassem os aspectos negativos e outras os positivos, quase todas sentiam que ser empregada doméstica não resultou da *escolha* de uma carreira, de

11 A partir de agora tomo como referência a pesquisa qualitativa por mim realizada com empregadas domésticas na cidade de São Paulo/SP, entre 2010 e 2012.

uma vocação, relacionada a uma habilidade pessoal – como ocorre em profissões comumente exercidas nas classes média e alta¹². Ainda assim, era recorrente a sensação de que se tratava de uma profissão “*digna*”, “*honest*”, que garante o sustento da família, significando em muitos casos certa ascensão social em relação a um passado mais difícil, no meio rural ou mesmo urbano. A comparação de duas trajetórias profissionais semelhantes – das empregadas domésticas Lurdes e Janaína – permite aprofundar essa análise.

Lurdes nasceu no norte de Minas Gerais, na zona rural. Aos 16 anos migrou de sua cidade natal para Belo Horizonte, onde começou a trabalhar como empregada doméstica. Quando completou 18 anos viajou para São Paulo em busca de melhores oportunidades de trabalho, mas só conseguiu emprego como “*doméstica*”, profissão que exerce até hoje. Declarando-se “*morena*”, na faixa dos 50 anos, em 2011 Lurdes trabalhava havia mais de 10 anos executando os serviços gerais – cozinha, roupas e faxina – em uma mesma casa na cidade de São Paulo. Registrada em carteira com um salário mínimo, o seu salário real era um pouco superior, de R\$1.000,00.

Quando, em nosso primeiro encontro na lavanderia da casa onde trabalhava, perguntei-lhe sobre sua profissão, Lurdes respondeu com o semblante duro, triste: “*na verdade, eu penso que emprego de doméstica é só mesmo em último caso. Se eu tivesse estudo, eu saía hoje mesmo*”, referindo-se ao fato de não ter concluído o Ensino Fundamental. Posteriormente, afirmou que gostava de seus patrões, especialmente da patroa que era “*como uma mãe*” para ela. Lurdes experimentava no seu emprego uma situação típica, que Jurema Brites (2007) designou como “*ambiguidade afetiva*”: apesar de haver afeto e cumplicidade nessas relações, essa atividade profissional é permeada por uma forte hierarquia, levando a empregada doméstica a ser constantemente “*posta em seu lugar*” pela família empregadora (BRITES, 2007).

De fato, ao observar um pouco sua rotina laboral, diversos sinais de hierarquia se impunham entre ela e os patrões, a começar pelos rituais relacionados à alimentação. Lurdes nunca comia nada – e pelo que contou, nunca comeu – diante de seus empregadores. Almoços e lanches eram feitos sempre sozinha na lavanderia ou no quarto de empregada, localizado no corredor externo da casa. Entretanto, era muito presenteada pelos patrões, já tendo ganhado, em ocasiões como aniversário ou Natal, diversos eletrodomésticos, como micro-ondas, liquidificador e máquina de

12 Bourdieu havia apontado essa diferença entre as concepções de trabalho para as mulheres operárias e burguesas, na sociedade francesa na década de 1970: “[...] é porque o trabalho ao qual se referem tacitamente as mulheres da classe operária é o único ao seu alcance, ou seja, um trabalho braçal penoso e mal remunerado, que nada tem de comum com o que a palavra “trabalho” evoca para as mulheres da burguesia”. Para estas últimas, ao contrário, o trabalho seria uma “*escolha*” (BOURDIEU, 2007, p. 169).

lavar. Também recebeu ajuda financeira para reformar a sua casa, construindo dois novos cômodos e um banheiro.

De todo modo, Lurdes era notadamente uma pessoa triste. Acredito que seu descontentamento relacionava-se também a sua vida fora do trabalho. Casada há mais de vinte anos, afirmou que o marido era “*um homem bom*”, mas bebia. Os filhos concluíram o Ensino Médio, mas estavam tendo dificuldades para conseguir um emprego estável. Morando na extrema Zona Sul de São Paulo, em casa própria, ela tinha como principal distração assistir à televisão ou ouvir a Rádio Capital AM, do apresentador Eli Correa. Lurdes nunca fora ao cinema ou ao teatro, raras vezes a restaurantes. Por um motivo ou por outro, para ela, a sensação de cansaço não desaparecia nunca. Lurdes revelava, assim, uma realidade difícil, que lhe parecia opressiva e não apresentava saídas visíveis.

*

Nascida na zona rural, em um município do nordeste da Bahia, Janaína, na infância e na adolescência, trabalhou na roça, em plantações de sisal e em casas de família, tanto no interior do estado como em Salvador. Ela tinha em torno de 20 anos de idade quando se mudou para São Paulo. Em 2010, então com 43 anos, declarando-se “*morena*”, realizava um serviço puxado, dormindo no trabalho de segunda a sexta-feira em um “*quartinho*” localizado na garagem da residência, na Zona Oeste da cidade. Ainda assim, expressava uma visão mais otimista de sua vida profissional e pessoal. Quando questionada se gostava da profissão de doméstica, respondeu que fazia “*tudo com prazer*”, já que era graças àquela profissão que tinha acesso a uma série de bens de consumo, como roupas e sapatos da moda. Apesar de enfatizar a impossibilidade da escolha profissional diante de sua baixa escolaridade, Janaína se dizia otimista com sua situação social, acreditando que a experiência de migração, de maneira geral, teria sido bem-sucedida por ter resultado em melhorias reais – moradia, consumo, saúde – em sua vida. Como enfatizou, ela possuía trabalho registrado em carteira, alguns bens de consumo – celulares, roupas, sapatos, perfumes –, possibilidade de sair do serviço para resolver problemas pessoais, acesso a um sistema de saúde melhor do que o encontrado na Bahia, aspectos que, para ela, eram indicativos de uma boa vida. Tal visão aproxima-se da percepção de Barros (2007) sobre uma “*cultura de pertencimento*”, permitindo que as empregadas domésticas se sintam “*inseridas no sistema*”, em oposição à extrema desigualdade social enfrentada no passado. Assim, ainda que para Janaína o emprego doméstico tampouco tenha sido uma escolha, ela acreditava que “*não tinha do que reclamar*”.

De maneira geral, a vida pessoal de Janaína contribuía para seu bom humor. Com os filhos já crescidos e divorciada do marido que lhe trouxe “*muita dor de cabeça*”, ela tornou-se uma mulher independente, rodeada de amigos e familiares que

vivem na mesma “*comunidade*” – favela na Zona Oeste de São Paulo –, agitando sua vida social. Aliás, ela afirmava “*adorar*” o bairro onde morava, sobretudo por este não estar muito afastado da região central da cidade, por ter fácil acesso ao transporte público e, especialmente, por estar a poucas quadras de um *shopping center*, um dos seus locais prediletos de lazer e compras.

Comparando as trajetórias dessas duas mulheres, diversos aspectos comuns se evidenciam: o passado na zona rural, a experiência da migração para a zona urbana, o trabalho infantil em casas de família, a baixa escolaridade, a questão racial (ambas se autodeclararam “*morenas*”), a moradia na periferia da cidade, mais especificamente em favelas, o emprego doméstico. Também quando comparadas do ponto de vista da “*renda familiar*” – critério mais utilizado para definir as classes econômicas pelo mercado e pela mídia –, ambas fariam parte da então chamada “*classe C*”, e usufruíam das conquistas recentes atribuídas a esse segmento: a posse de bens de consumo (eletrodomésticos, computador em casa para os filhos, celulares) e o orgulho de ver os filhos cursando faculdade – uma filha de Janaína cursava faculdade de estética e beleza e um filho de Lurdes cursava administração, ambos em universidades privadas.

Já em termos de autorrepresentação e autoestima, as duas trabalhadoras diferiam muito. Para além do trabalho, certamente as circunstâncias da vida afetiva e familiar devem ser consideradas: enquanto Janaína conseguiu se libertar de um casamento que lhe fazia mal, Lurdes se sentia presa a uma vida familiar difícil, de certo modo opressiva. Elas também divergiam em relação à autorrepresentação do *status* do trabalho como empregada doméstica. Apesar de, para nenhuma delas, a profissão ter sido uma escolha, para Lurdes, “*ser doméstica*” parecia algo quase humilhante e insuportável. Já para Janaína, sua profissão seria como qualquer outra, que lhe permitia viver na cidade e consumir com planejamento financeiro a maioria dos itens que desejasse, situação bem mais favorável do que a vivida no passado na zona rural, no nordeste do País.

Nesse contexto, ainda que o que Bourdieu denominou como “*gosto de necessidade*”¹³ tenha que ser levado em conta, tais divergências são significativas, indicando perspectivas heterogêneas dentro do grupo analisado. Essa “*ambiguidade*” na profissão, inclusive, já fora mencionada em outras pesquisas sobre trabalho doméstico remunerado, como na de Brandt (2003). Acredito que a interpretação dessas divergências sobre a profissão envolve outro ponto importante, relativo à compreensão do “*valor*” do emprego doméstico na hierarquia de profissões. No trabalho citado,

13 Segundo Bourdieu, entre as classes populares: “a necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade” (BOURDIEU, 2007, p. 350).

Brandt (2003) discutiu a questão do “valor social do emprego doméstico” a partir de duas variáveis: se ele seria “intrinsecamente degradante” ou se seria desvalorizado porque realizado por pessoas “inferiorizadas” na sociedade (mulheres, migrantes, negros, pobres) (BRANDT, 2003, p.3). Embora a autora se posicione a favor da segunda alternativa, acredito que ambas devem ser pensadas conjuntamente, já que é difícil dissociá-las nas representações e discursos acerca dessa atividade.

Em relação à “natureza” da atividade doméstica, diversas questões devem ser levadas em conta. Em primeiro lugar, conforme a hipótese marxista defendida por Saffioti na década de 1970, o emprego doméstico seria uma atividade não produtiva, que não geraria *mais valia*. Para além da discussão sobre se a profissão constituiria, ou não, um “exército de reserva” do sistema capitalista brasileiro em formação (SAFFIOTI, 1978), é importante destacar como as atividades que não são imediatamente produtivas tendem a ser desvalorizadas nas sociedades capitalistas¹⁴. Ainda que sob uma perspectiva teórica bastante diversa, a análise de McClintock (2010) é elucidativa sobre esse ponto. Tomando como referência a Inglaterra Vitoriana, a autora defendeu que o trabalho doméstico realizado por criadas nessa sociedade possuía um estratégico valor social e econômico, ainda que invisibilizado. Afinal, seria por meio dele que a classe burguesa em formação teria construído contrastivamente sua identidade de classe e de gênero – os homens, especialistas da produção, e as mulheres, então ociosas e prendadas.

Outra questão importante relativa à “natureza” do emprego doméstico refere-se às atividades executadas e às suas representações. Ao ser responsável pela organização física de uma casa, uma empregada doméstica mensalista – casos de Lurdes e Janaína –, fica incumbida de atividades como lavar, passar, cozinhar, limpar. Essas atividades estariam intrinsecamente ligadas, conforme nos lembra Mary Douglas (1976), às dimensões especialmente degradadas (ela utiliza o termo “perigosas”) na sociedade ocidental, ligadas à sujeira e à poluição. Assim, lavar roupa suja, desengordurar panelas e limpar latrinas podem ser consideradas atividades aviltantes. Quando esse trabalho é realizado para outros indivíduos, e não em benefício próprio, seus aspectos negativos tendem a ser acentuados. Há todo um imaginário sobre isso que, sobretudo na esfera da ficção, é frequentemente mobilizado. No universo das fábulas, Cinderela é a mocinha transformada em serviçal pelos parentes exploradores; obrigá-la a realizar todo o trabalho doméstico é uma das principais formas de humilhação a que é submetida. Num exemplo

14 Conforme a análise de Sanches sobre a desvalorização dessa atividade, “o trabalho doméstico – remunerado ou não – parece natural: não é entendido como trabalho porque reproduz o cuidado feminino. Não gera valor porque não visa o mercado. Não produz lucro” (SANCHES, 2009, p. 884).

mais recente, extraído do período analisado, na telenovela *Avenida Brasil* (GLOBO, 2012, 21h) a protagonista Nina, no esforço de vingança de sua madrasta Carminha, inverteu os papéis de patroa versus empregada e ordenou que a vilã limpasse ajoelhada a privada que ela utilizara. Em ambos os exemplos, parece-me que é o caráter possivelmente degradante das atividades domésticas que está envolvido na construção dessas imagens.

Porém, retomando o argumento de Mary Douglas (1976), vale lembrar que nas coisas e relações consideradas sujas ou poluentes os aspectos sociais e simbólicos estão indissociavelmente envolvidos. Nesse sentido, a desvalorização social e histórica das *atividades domésticas* em si, e a desvalorização das *profissionais* que comumente as executam, sobretudo por ser uma profissão “feminilizada” e “racializada”, sobrepõem-se. Assim, ao localizar as empregadas domésticas numa hierarquia de profissionais, é comum essas trabalhadoras ocuparem os lugares mais baixos (BRANDT, 2003; BRUSCHINI, LOMBARDI, 2000).

A “ambiguidade” presente nos discursos das empregadas domésticas acerca de sua atividade profissional relaciona-se também com as condições do mercado de trabalho em que estavam inseridas, no qual havia bastante mobilidade horizontal, mas pouca mobilidade vertical, apesar das transformações socioeconômicas do período. Exemplo disso é que na pesquisa de campo que realizei, embora das 28 mulheres entrevistadas 26 estivessem empregadas em “casas de família”, quase todas já haviam se dedicado a outras experiências profissionais. Registrei as seguintes atividades: caixa de supermercado, garçomete, balconista, manicure, depiladora, lavradora, agricultora em plantação de sisal, auxiliar de limpeza em firma, auxiliar de limpeza em escritório, faxineira de escola, faxineira de hospital, operária em metalúrgica, operária em fábrica de chocolates e operária em fábrica de castanhas. A experiência de trabalho dessas mulheres ultrapassa, portanto, o âmbito do emprego doméstico, remetendo a um leque de possibilidades, em geral de baixa remuneração, pelo qual transitam em diversos momentos da vida e que, apenas em raros casos, resulta em uma ascensão social mais efetiva. Conforme a análise de Pochmann (2012), haveria um amplo mercado de trabalho localizado na base da pirâmide social brasileira. Assim, embora a escolaridade seja um fator relevante para a qualificação dessas mulheres, o Ensino Médio completo, conquistado por algumas trabalhadoras pesquisadas, muitas vezes não é suficiente para ascender¹⁵.

Atividade exercida em sua grande maioria por mulheres, associada à

15 Entre as 28 trabalhadoras entrevistadas nessa pesquisa, 17 não concluíram o ensino fundamental (sendo 3 analfabetas), 6 chegaram ao ensino médio mas não concluíram essa etapa, 4 possuíam ensino médio completo e 1 cursava o ensino superior.

tradicional divisão sexual do trabalho¹⁶, o emprego doméstico apresenta uma profunda relação entre trabalho doméstico pago e não pago, o que pode produzir jornadas “extensivas, intensivas e intermitentes de trabalho” (ÁVILA, 2009, p. 281). Em relação às assimetrias de gênero, convém também lembrar que o espaço doméstico – local onde a profissão é realizada – reúne uma série de atividades tradicionalmente associadas ao feminino: cuidados com a casa, alimentação, filhos etc. Conforme destacou Kofes (2001), o espaço doméstico ainda hoje é definido como feminino e é definidor de feminilidade. No entanto, a relação entre empregadas domésticas (em geral, mulheres) e patroas (em geral, também mulheres), para além de uma possível identidade comum de gênero, cria um corte entre dois grupos: de um lado as categorias mãe, esposa, *dona* de casa; de outro as categorias babá, pajem, empregada, cozinheira (KOFES, 2001, p. 35). Segundo Kofes, é justamente a “combinação entre uma identidade” (de gênero) e uma “oposição” (de classe) o que torna possível o trabalho assalariado da empregada doméstica na casa da patroa e a ambígua relação entre elas (KOFES, 2001, p. 43).

Em conversas durante a pesquisa de campo, pude, de fato, perceber a força da associação entre emprego doméstico e feminilidade, vista muitas vezes como algo naturalizado. Ainda que muitos maridos, namorados e filhos do sexo masculino ajudem nas atividades domésticas na casa das trabalhadoras entrevistadas, quase todas as atividades do trabalho doméstico remunerado tendem a ser vistas como femininas.

Nesse contexto, a reflexão sobre as diferenças e desigualdades presentes no emprego doméstico indica a necessidade de pensarmos nos marcadores sociais gênero, raça e classe de maneira relacional (MCCLINTOCK, 2010). No entanto, se o emprego doméstico se constitui por meio de desigualdades articuladas, isso não quer dizer que nessas relações também não haja lugar para afinidades, negociações e resistências (KOFES, 2001;ÁVILA, 2009). Nesse sentido, as práticas e “táticas” de consumo são bastante elucidativas, conforme discutirei a seguir.

16 Sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) definem: “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”.

“Pobre” ou “chique”? Percepções sobre o consumo

Na pesquisa de campo realizada entre empregadas domésticas que trabalham em São Paulo, assim como, provavelmente, em qualquer outro grupo profissional dessa metrópole, a questão do consumo se mostrou altamente relevante, demonstrando funcionar como um importante “sistema de informações”, conforme definiram Douglas e Isherwood (2004). O que consumir, como, quando, onde, de qual marca? Seja pela adesão ao consumo de bens mais caros e valorizados via parcelamento, seja pela recusa dos supérfluos em função de uma identificação como “pobre”, essas questões permeiam grande parte das ações e decisões também no cotidiano dessas trabalhadoras.

Mas nesse âmbito, diferente de outros grupos profissionais, as empregadas domésticas apresentam uma especificidade em função da convivência com patroas e patrões de níveis econômicos mais altos. Trata-se da transferência de bens materiais, novos e usados, dos patrões para as empregadas domésticas, além de uma circularidade desses bens nas redes de sociabilidade das trabalhadoras. Outro ponto específico dessa relação refere-se à incorporação, por parte das empregadas, de objetos e estilos de vida adotados por seus empregadores. Conforme sintetizou a empregada doméstica Marlúcia, durante a pesquisa, um dos maiores problemas de trabalhar em “*casa de família*” é “*se acostumar com o que é bom e caro*”.

Essa importante influência na esfera do consumo entre empregadas domésticas e patroas recebeu análises interessantes de outras autoras. Carla Barros (2007), ao analisar como o consumo pode ser influenciado na relação entre patroas e empregadas, constatou que havia circulação e troca em relação a hábitos alimentares, cuidados com a casa e produtos de limpeza. Porém, nessa relação permeada simultaneamente pelo fascínio e pela tensão, a influência em matéria de produtos de beleza e bens culturais, por exemplo, tendia a ser unilateral, circulando da patroa para a empregada (BARROS, 2007, p. 187-196). O trabalho de Maria Cláudia Coelho (2006) sobre troca de presentes também aponta para algumas especificidades: ao invés de uma circulação de bens mais ou menos simétrica, tal qual estabelecida na lógica da dádiva, o presente ofertado pela patroa deve ser retribuído pela empregada não com outro presente, mas com um sentimento, em geral, o de gratidão.

Em minha pesquisa, Marlúcia era umas das mulheres mais atentas às tendências e novidades da “sociedade de consumo” e, de fato, fazia referências constantes ao estilo de vida de seus patrões. Influenciada pelas filhas jovens da ex-patroa e pela antiga colega de serviço, aprendeu recentemente a usar o computador e ingressou na rede social *Facebook*, fato marcante para ela. De modo geral, procurava vestir-se bem, de maneira moderna e jovem, com muitos acessórios, maquiagem e

tatuagens de estrelas nos ombros. Gostava de se arrumar bastante, a ponto de ser “*confundida*” com uma possível “*patroa*” ao andar pela cidade, conforme contou certa vez. Entretanto, não se conformava com a sua “*vida de pobre*” e sonhava possuir uma casa melhor, sair da favela, ser mais “*chique*”, receber uma renda superior e ter uma profissão de maior prestígio. MarluCIA construía, assim, sua própria identidade como uma mulher moderna, “*descolada*” e *consumidora*, fazendo o possível para se livrar do estigma de *trabalhadora pobre*, tentativa em consonância com as ênfases recentes do mercado, conforme análise acima. Espelhando-se nas patroas, MarluCIA fazia o possível para se afastar do “gosto simples e modesto” (BOURDIEU, 2007, p. 355), comumente associado ao universo popular.

Essa maior adesão à “estética dominante” e ao mundo do consumo adensada no período analisado, entretanto, não pode ser generalizada. A entrevista que realizei com a empregada doméstica Maria Clara – vizinha de MarluCIA – chamou minha atenção pelo contraste entre ambas. Enquanto MarluCIA sempre se apresentava falante, segura e vaidosa, Maria Clara revelava um semblante e um habitus corporal inseguro e humilde. Contou-me que nasceu na capital paulista, no bairro do Jabaquara, mas ficou órfã aos nove anos, começando a trabalhar em “*casa de família*” aos doze anos de idade. Analfabeta, acreditava não ter prosseguido na escola porque “*tinha a cabeça muito fraca*”. Na época com 38 anos, mãe de quatro filhos, trabalhava em uma casa três vezes por semana e em outras duas casas um dia da semana em cada. Moradora de Diadema, Maria Clara alegava só sair de sua região para trabalhar. Em casa, realizava atividades domésticas, assistia à televisão e aproveitava para descansar. Já no rádio, ouvia diariamente a programação da estação Capital AM, para acompanhar os programas do apresentador Eli Correa, e era fã de Amado Batista. Conforme seu corpo já revelava, Maria Clara declarou-se uma mulher sem vaidades. Não gostava de comprar roupas nem acessórios para si e garantia que praticamente só vestia o que ganhava de vizinhos, parentes ou patrões. Para os filhos, comprava roupas e sapatos, dando preferência ao centro comercial de Diadema. Contou que uma de suas patroas frequentemente insistia para que ela se cuidasse um pouco e dava-lhe batons, vestidos, e recentemente havia lhe dado um par de brincos. Ela, entretanto, ou não aceitava ou repassava. Maria Clara, assim, constantemente referia-se a si própria como “*pobre*”, dando-me a impressão que era de fato pela carência e pela necessidade material e econômica – e não pela ambição de equiparar-se, como no caso de MarluCIA – que tecia para si essa identidade, a qual terminava por funcionar também como um modo de proteção aos crescentes imperativos de uma sociedade de consumo, então em expansão no País.

Já a empregada doméstica Mariana, aproximando-se das aspirações de MarluCIA, também atribuía uma grande importância à sua recente capacidade de

consumo e assumia espelhar-se em diversos costumes de patroas. Relatou, por exemplo, a custosa relação que desenvolvera com perfumes importados: após ganhar, há alguns anos, um perfume de uma marca famosa de sua ex-patroa, “*viciou-se*” neles e agora pagava o quanto fosse preciso para garantir esse hábito para ela e para o filho de 18 anos, comprando-os parcelados nas lojas Renner, conforme prática de crédito cada vez mais difundida no universo popular (SCIRÉ, 2012). A experiência de Mariana deixou claro que algumas marcas mais caras, possivelmente pensadas como pouco acessíveis para sua profissão, eram sim levadas em conta nas decisões de compra por sua “qualidade” e seu poder de distinção. Casos como esse demonstram como o sistema de classificação construído nas disputas entre as marcas, e tornado visível pela publicidade e pela mídia (ROCHA, 2000), tem importante aderência também nesse meio social.

Considerações finais

De diferentes maneiras, a questão do consumo revelou ser um aspecto central para a vida levada na cidade pelas mulheres pesquisadas. Ainda que recentemente alçadas ao status de “consumidoras da ‘classe C’” pela mídia e pelas pesquisas de mercado, suas práticas cotidianas de consumo envolvem uma série de “táticas”, no sentido cunhado por Michel De Certeau (2012)¹⁷. Se, conforme afirma esse autor, “sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas” (CERTEAU, 2012, p. 46), essas trabalhadoras realizam um esforço constante de planejamento e negociação para consumir uma série de itens que lhes parece essencial – do ponto de vista utilitário ou simbólico –, ainda que tenham que enfrentar, a todo o momento, o estigma de “*ser pobre*”. Seja pela resistência aos excessos da sociedade de consumo – caso de Maria Clara –, seja pela maior adesão – casos de Marlucia e Mariana –, essas experiências indicam como há ainda um longo caminho a ser trilhado antes de se afastar em definitivo dos fantasmas da pobreza e da desigualdade social. Permeadas por contradições e contestações, essas histórias em conjunto indicam alguns dos dilemas vivenciados por todas as mulheres pesquisadas no período. De maneira geral, a busca por uma satisfação pessoal e profissional mais plena estava, de um modo ou de outro, presente em todas as histórias de vida, mesmo que frequentemente isso ainda fique mais no plano das expectativas do que no das realizações de fato.

¹⁷ Para Michel De Certeau, diferentemente das *estratégias*, que estariam mais relacionadas aos “fortes” e “escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder”, as *táticas*, mais ligadas aos “fracos”, consistem nas decisões práticas, nos atos cotidianos, nas maneiras de aproveitar a ocasião (CERTEAU, 2012, p. 44-47). Para o autor, “em suma, a tática é a arte do fraco” (CERTEAU, 2012, p. 95).

Conforme discutido neste artigo, o emprego doméstico ainda é uma atividade muito importante entre as mulheres de classes populares no Brasil, empregando milhões de trabalhadoras. Acompanhando brevemente a história dessa profissão, nota-se que houve transformações importantes, resultando em maior acesso a direitos trabalhistas, rendimentos e bens de consumo. No entanto, a atividade permanece marcada por índices altos de informalidade, baixos salários e cortes expressivos de gênero e de “raça”. Em paralelo, desigualdades econômicas e sociais persistem no meio social em que essas trabalhadoras são recrutadas, especialmente no que se refere ao acesso à educação, moradia e sistema de saúde.

Com o recente processo de expansão da chamada “classe C”, exaustivamente noticiado pela imprensa no período analisado, a questão do emprego doméstico revelou-se um eixo importante para se compreender as contradições desse fenômeno social mais amplo. Sendo assim, a temática passou a conciliar discursos variados, organizados em torno de dois polos que, frequentemente, sobrepõem-se – um positivo, que busca enfatizar as possibilidades de consumo e ascensão social dessas mulheres; e um crítico, mais atrelado ao estigma e às condições sociais desiguais vividas por essas profissionais. A imbricação de tais discursos pôde ser evidenciada na mídia, no mercado, na bibliografia e na fala de empregadas e patrões, pontuando novos desafios para a compreensão da experiência social recente dessas trabalhadoras.

Referências

- ALMEIDA, Heloisa. “Classe média” para indústria cultural. *Revista Psicologia USP*, v. 26, n. 1, p. 27-36, 2015.
- ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. 2009. 319 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- BARROS, Carla. **Trocas, hierarquias e mediação: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas**. 2007. 259 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRANDT, Maria Elisa Almeida. **Minha área é a casa de família: o emprego doméstico na cidade de São Paulo**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei no 605, de 5 de janeiro de 1949. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 20/7/2006, p. 1 (Publicação Original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

- BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Revista Campos**, Curitiba, v. 3, p. 65-82, 2003.
- _____. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 91-109, dez. 2007.
- _____. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 422-451, maio/ago. 2013.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p.67-104, 2000.
- CARELLI, Gabriela. A escalada das domésticas. **Veja**, São Paulo, v.44, n. 42, p. 110-116, out. de 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- COELHO, Maria Claudia. **O valor das intenções**: dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos & Pesquisas**, São Paulo, n. 68, p. 2-26, ago. 2013.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.
- FOLHA DE S. PAULO. Jornalzinho do doce-lar-união. **Folha de S. Paulo**, Caderno Vida Social, p. 2, 9 maio 1965. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1965/05/09/386/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
- G1. Nova doméstica tem carro zero e faz faculdade. 19 set. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/09/nova-domestica-tem-carro-zero-e-faz-faculdade.html>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- GENESTRETI, Guilherme. Histórias Cruzadas. **Folha de S. Paulo**, Revista São Paulo, 5/2/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/revista/saopaulo/sp0502201212.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- GIRARD-NUNES, Christiane; SILVA, Pedro. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 587-606, dez. 2013.
- HARRIS, David Evan. **‘Você vai me servir’**: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do equador. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. **Comunicados do IPEA**, Brasília, n.90, 2011. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110505_comunicadoipea90.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- JORNAL DO SENADO. Congresso promulga hoje emenda sobre trabalho doméstico. **Jornal do Senado**,

02 abr. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2013/04/02/congresso-promulga-hoje-emenda-sobre-trabalho-domestico>>. A, acesso em: 11 abr.2013.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres:** identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. **A classe média brasileira:** ambições, valores e projetos de sociedade. São Paulo: Campus, 2009.

LIMA, Marcia; REZENDE, Claudia. Linking gender, class and race in Brazil. **Social Identities**, v. 10, n. 6, p. 757-773, 2004.

LOPES, Roberta. Negras e com baixa escolaridade são maioria das trabalhadoras domésticas. **Carta Capital**, 27/4/2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/negras-e-com-baixa-escolaridade-sao-maioria-das-trabalhadoras-domesticas/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. **Espelho mágico:** empregadas domésticas, consumo e mídia. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial:** raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil:** de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão n. 565).

MONTICELLI, Thays A. **Diaristas, afeto e escolhas:** ressignificações no trabalho doméstico remunerado. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. **Centro de Políticas Sociais – FGV**, 2010. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

NOGUEIRA, Manuela. Domésticas passam a apitar as regras do jogo. **Veja São Paulo** [online], 11 maio 2011. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/domesticas>>. Acesso em: 17 maio 2011.

POCHMAN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROCHA, Everardo. Totem e consumo: um estudo antropológico dos anúncios publicitários. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 18-37, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 879-888, set./dez. 2009.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012.

SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais:** práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. São Paulo: Annablume, 2012.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego Região Metropolitana de São Paulo – PED. Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo em 2011. SEADE, 2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2012/01/ped_anual_2011.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo:

Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores brasileiros**: nova classe media ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Humanitas, 2010.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM. SPM aponta mudança no ranking das categorias de trabalhadores na PNAD 2011. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2012. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/09/26-09-spm-aponta-mudanca-no-ranking-das-categorias-de-trabalhadores-na-pnad-2011/?searchterm=emprego%20dom%C3%A9stico>. Acesso em 22 mar. 2013.

VELHO, Gilberto. O patrão e as empregadas domésticas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 69, p.13-30, 2012.

Recebido em 12/09/2013

Aprovado em 06/10/2014